

Educação étnico-racial é sinônimo de pluralidade

No interior das várias sociedades humanas, as pessoas que se dedicam à Educação desempenham nas suas comunidades um papel que se diferencia daquele atribuído a qualquer outro ofício, por mais importante e nobre que seja. Assim como os griôs (ou griotes, no caso de mulheres) de algumas nações africanas, é papel das educadoras e dos educadores transmitir às novas gerações o conjunto de conhecimentos adquiridos e as reflexões desenvolvidas por um determinado grupo social, povo ou nação e pela humanidade. É o legado deixado pelos antepassados que imprime identidade, ideia de pertencimento, capacidade de interagir e sobreviver na sociedade. Portanto, não existe educação sem História, na sua dimensão *latu sensu*, aquele conjunto de narrativas que aborda o desenvolvimento das artes, das ciências, da tecnologia, do imaginário social, da organização econômica, social e política.

O Brasil, como sabemos, é um país de dimensões continentais, com um meio ambiente riquíssimo, grande diversidade étnica e profundas desigualdades. A compreensão do que somos, nosso papel no planeta e as perspectivas futuras tem o seu maior pilar na Educação e, se essa está intrinsecamente ligada a história, há que se problematizar a maneira pela qual esse povo vem sendo educado ao longo do tempo e como se construiu a nossa narrativa histórica. Quem relata? A partir de quais interesses ou pontos de vista? Quais concepções filosóficas fazem nos entendermos enquanto povo? O que utilizamos de cientificamente relevante em nossas vidas? Quais expressões artísticas e literárias traduzem o imaginário que amálgama essa população? Qual o caráter do povo brasileiro?

As leis 10.639/03 e 11.645/08, que emendam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, representam avanços extraordinários. Somos uma sociedade construída pela população autóctone - europeus caucasianos e africanos negros - que, não obstante, até então só reconhecia a contribuição dos europeus. Resultado de demandas apresentadas há décadas pelo movimento negro ao Estado brasileiro, essa legislação parte da premissa que existe relevância para a Educação no legado que africanos, afro-brasileiros e indígenas deixaram para as novas gerações. Foi a partir dele que as pesquisas acadêmicas em torno daquelas contribuições deram um grande salto, criando-se novas

disciplinas e uma profusão de análises e reflexões acerca daquele legado. Um país que se jacta de ser construído a partir da “união das três raças” não pode reduzir a contribuição de negros e indígenas a manifestações folclóricas, gastronomia e atividades físicas, como até então era feito. Em especial por que os remanescentes de negros e indígenas somam hoje mais do que 55% da população e tanto precisam se ver representados nos currículos escolares como a contribuição de seus antepassados deve ser reconhecida como determinante para a construção da Nação nos mais diversos aspectos.

O fim da escravidão não extinguiu a coincidência entre a subalternidade social e cultural, ambas impostas pelos europeus no processo de colonização, extermínio, escravização e apagamento do espetacular avanço civilizatório das nações africanas. Em que pesem conquistas significativas, 132 anos depois da promulgação do documento que tornou ilegal o modelo econômico que havia perdurado por três séculos e meio, aquela subalternidade cultural se mantém. Desconstruí-la é um dos principais papéis das educadoras e educadores, na perspectiva do pluralismo na interpretação do mundo que nos cerca.

Assim como nas narrativas históricas, não existe neutralidade na Educação. Ela sempre estará a serviço da maioria do povo ou de uma fração detentora do poder político e econômico. Ela pode se dar por meio da imposição de um determinado tipo de saber, como por exemplo o uso da língua portuguesa por indígenas e africanos, ou pode significar a “Educação como Prática da Liberdade”, ensinada por Paulo Freire.

Foi no espírito daqueles ensinamentos e dos fundamentos que modernizaram a LDB que se desenvolveu o projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências e Humanidades (LCH) da Universidade Federal do ABC - UFABC. Curso esse que, para além de bons profissionais de educação do Ensino Básico, pretende formar Educadores e Educadoras no seu sentido mais amplo e profundo, conectados com a produção acadêmica de qualidade e plural desenvolvida na UFABC e demais universidades do Brasil e do restante do mundo.

A educação é feita de escolhas. O curso LCH da UFABC escolheu servir aos interesses da maioria e, por conta disso, proporcionar uma educação holística, contemplando assim

todas as contribuições que erigiram esta nação; escolheu o contraditório, a busca da Verdade por meio da ciência, e optou por orientar-se pela ideia de que a educação não pode ser um privilégio, menos ainda uma mercadoria, e sim um direito fundamental.

Na nossa concepção, considerar a dimensão étnico-racial da educação no Brasil é uma conquista civilizatória e por isso, em nosso curso, os estudos étnico-raciais não representam uma abordagem marginal ou secundária, ao contrário, constituem tema transversal a todas as disciplinas que o estruturam.

A partir da promulgação daquela legislação, as análises das culturas africana, afro-brasileira e indígena deveriam integrar os conteúdos de todos os cursos de graduação, pós-graduação, nas áreas de humanidades, ciências naturais e biológicas. No caso de um curso voltado à formação de professoras e professores do Ensino Básico, essa determinação torna-se ainda mais relevante. Nós, professoras e professores do LCH, trabalhamos na perspectiva de formar multiplicadores que, na sua prática pedagógica, interajam com várias gerações, às quais estarão proporcionando uma educação que forme cidadãos e cidadãs conscientes do que somos e protagonistas na construção do que seremos.

Bibliografia

CHESNEAUX, Jean. Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado? São Paulo: Ática. 1995

FREIRE, Paulo. Educação como Prática para a Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf> Consulta em 20/08/2020